



A nova racionalidade do trabalho e os desafios para o Serviço Social: as contribuições da Revista Temporalis nº 48 para o debate no contexto das TICS

The new rationality of work and the challenges for social work: the contributions of Revista Temporalis nº 48 to the debate in the context of ICTs

Erlenia Sobral do Vale*

 <https://orcid.org/0000-0002-0240-4872>

Roberta Menezes Sousa**

 <https://orcid.org/0000-0001-6253-4954>

Juliana Iglesias Melim***

 <https://orcid.org/0002-3783-1700>

RESUMO

O presente artigo aborda a publicação da *Temporalis* nº. 48, “Tecnologias de Informação e Comunicação e os impactos para os/as trabalhadores/as e para o Serviço Social”, trazendo o debate sobre a nova racionalidade do trabalho e os desafios para o Serviço Social no contexto dos 25 anos da revista. Destacam-se as contribuições da coletânea sobre o tema, evidenciando sua orientação crítica e sua importância para a atualização das reflexões sobre as formas hodiernas de organização da dinâmica do mundo do trabalho, especialmente afetada pela reestruturação produtiva e pelas TICs. Evidenciam-se, ainda, os rebatimentos dessas mutações na dimensão política da classe trabalhadora e sua heterogeneidade, atravessadas pelas relações étnico-raciais e de gênero. O enfrentamento da racionalidade do capitalismo que dirige o labor na atualidade encontra, nos materiais publicados, um forte aliado.

PALAVRAS-CHAVE

TICs; Mundo do Trabalho; *Temporalis* nº 48; Serviço Social.

*Assistente Social. Doutorado em Serviço Social pela Universidade Federal de Pernambuco (UFPB, Recife, Brasil). Docente Adjunta na Universidade Estadual do Ceará (UECE, Fortaleza, Brasil). E-mail: Erlenia.vale@uece.br

**Assistente Social. Doutora em Serviço Social pela Universidade Federal De Pernambuco (UFPE, Recife, Brasil). Docente em Serviço Social do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Ceará (IFCE, Iguatu, Brasil). E-mail: robreta.meneses@ifce.edu.br

***Assistente Social. Doutora em Serviço Social pela Universidade Federal do Espírito Santo (UFES, Vitória, Brasil). Docente adjunta da Universidade Federal do Espírito Santo (UFES, Vitória, Brasil). E-mail: juliana.melim@ufes.br

DOI 10.22422/temporalis.2025v25n50p157-169

ABSTRACT

This article discusses the publication of Temporalis nº 48, "Information and Communication Technologies and their Impacts on Workers and Social Work," bringing into focus the debate on the new rationality of work and the challenges for Social Work in the context of the Journal's 25th anniversary. It highlights the collection's contributions on the topic, highlighting its critical orientation and its importance for updating reflections on current forms of organizing the dynamics of the world of work, especially affected by productive restructuring and ICTs. It also highlights the impact of these changes on the political dimension of the working class and its heterogeneity, intersected by ethnic-racial and gender relations. The confrontation with the rationality of capitalism that governs labor today finds a strong ally in published materials.

KEYWORD

ICTs; World of Work; Temporalis nº 48; Social Work.

Introdução

Desde a mudança ideopolítica na trajetória do Serviço Social brasileiro, nossa identidade como profissão passa pelo debate crítico e fundamentado sobre o mundo do trabalho. Como um tipo de especialização laboral na sociedade capitalista, inserida na divisão sociotécnica do trabalho social, no processo de autorreconhecimento de sermos parte constitutiva da classe trabalhadora, buscamos desvendar as qualidades visíveis e invisíveis do modo de produção e reprodução da sociedade capitalista, em que nos inserimos com a função de racionalização do enfrentamento da desigualdade social — seja na face do empobrecimento dos/as trabalhadores/as, seja na face da resistência que os mesmos envidam.

No contexto de significativas mudanças no desenvolvimento das forças produtivas, o Serviço Social tem produzido e dialogado com estudos e pesquisas na área da Sociologia do Trabalho, que se ocupam do conjunto de expressões contemporâneas representadas pela reestruturação produtiva. É com arrimo na leitura das respostas do capital à crise de acumulação, destacada desde os anos de 1960/1970, que o Serviço Social tem apreendido as características de flexibilização requeridas pelo capital nos últimos anos, mediante o desenvolvimento científico e tecnológico, consubstanciado numa dinâmica diferenciada da luta de classes.

Para fins de extração de mais-valia, novos formatos de contratação, organização e gestão do trabalho são impulsionados pela Indústria 4.0 e pela plataformação, a exemplo da automação, pejotização, terceirização, uberização e polivalência. Há uma inundação de modelos, léxicos e linguagens que são empregados como fundamento ideológico na ocultação das relações sociais de exploração e na difusão da ideia de trabalho livre e autônomo — a exemplo do uso reiterado de expressões como “colaborador/a”, “prestador/a de serviço” e “empreendedor/a” — transferindo ainda para o trabalhador precarizado as responsabilidades e riscos outrora dos contratantes, no contexto de desregulação e intensificação do trabalho, promovidos com a parceria do Estado neoliberal.

A Revista Temporalis vem acompanhado de forma antenada e sensível os debates da categoria trabalho. Particularmente a edição nº 48 do ano de 2025 traz ricos artigos sobre as **Tecnologias de Informação e Comunicação e os impactos para os/as trabalhadores/as e para o Serviço Social**. O material evidencia os aspectos mais essenciais e gerais deste

debate, articulando os fundamentos históricos e teóricos do tema, sem deixar de focar em estudos e pesquisas particulares que envolvem as TICs, o Serviço Social e os desafios que esses processos constituem para a vida social, para a categoria e, ainda, para a organização política da classe trabalhadora.

Considerações sobre as TICs no contexto da nova morfologia do trabalho: aspectos destacados na Temporalis nº48

Impera na coletânea a exposição crítica da nova morfologia do trabalho e da metamorfose do capital, no contexto da crise financeira internacional iniciada em 2008, que gerou forte desaceleração da economia brasileira. Nas várias tentativas e respostas do capital à sua crise e na busca por reverter a queda da taxa de lucro, “a crise teve consequências diretas sobre o mercado de trabalho, bem como na ascensão e consolidação de plataformas de superexploração do trabalho” (Oliveira; Cordeiro, 2024, p. 334).

As tecnologias ganham importância quanto à redução do valor da força de trabalho e ao aceleramento dos processos produtivos, bem como intensificam formas hodiernas de controle sobre os/as trabalhadores/as, além de causar impactos nas configurações históricas de organização política da classe. Diante das altas taxas de desemprego e do endividamento das famílias, “as alternativas para acesso a alguma renda ou complementação desta para os trabalhadores se deu por meio da oferta de serviços nos aplicativos” (Oliveira; Cordeiro, 2024, p. 335), por meio da expansão destes nos anos subsequentes à crise de 2008 — muito embora as condições de consolidação do respectivo modelo sejam anteriores a ela.

Atravessa o conjunto de artigos o reconhecimento do avanço desses processos no setor de serviços e instituições públicas, incidindo inclusive em políticas sociais, acompanhados de mecanismos de privatização e mercadorização do Estado. Assim, constituem-se ações cotidianas com amparo em modelos e relações tipicamente empresariais, que redefinem também o trabalho do/a assistente social — a exemplo dos desvios de função, quando da atribuição de atividades administrativas aos assistentes sociais, externas às suas competências e atribuições privativas (Penha; Vale, 2024). Destaca-se a criação de protocolos e padrões que facilitam as expropriações com a transformação do trabalho vivo em trabalho morto, facilitados e mediados pelas TICs.

Não passa despercebido no conteúdo da revista 48 o montante de impactos subjetivos que o contexto das novas tecnologias engendra na subjetividade e saúde dos/as trabalhadores/as, especialmente pela carga de trabalho e o desgaste provocado diante das novas relações de tempo e espaço — particularmente entre mulheres. Elas assumem duplas ou triplas jornadas de trabalho, na conjunção dos cuidados da casa, da maternidade e do emprego.

Em tempos de crise do capital, com o processo de “refamilização” e “reprivatização” dos cuidados, as mulheres assumem a posição de cuidadoras na família em substituição às políticas públicas. Considerando as diversas nuances e hierarquias de gênero, que posicionam as mulheres de forma diferente e desigual quanto à classe e raça-etnia,

experimentam a ampliação do trabalho não remunerado, que tem gerado fadiga e exaustão em razão da consequente privatização e precarização dos serviços públicos.

De acordo com os dados do IBGE (2023), as mulheres dedicaram-se, em 2023, ao trabalho doméstico e de cuidado de pessoas por 9,6 horas semanais a mais que os homens. As mulheres que se declararam pretas apresentaram taxa de 92,7% de realização de afazeres domésticos, maior que a taxa de mulheres brancas (90,5%) e pardas (91,2%).

Os recortes de gênero e raça impactam sobremaneira a vida das mulheres negras da classe trabalhadora¹, marcando a unidade exploração-opressão. Historicamente, elas se constituíram como a parte mais pobre e precarizada da classe trabalhadora, inseridas predominantemente em trabalhos contingenciais, mal remunerados, instáveis, informais, em tempo parcial e ausentes de proteção social. Evidencia-se, portanto, o racismo como parte central da hierarquização e das diferenciações do valor da força de trabalho.

O papel da tecnologia tem tornado mais fluido o tempo de trabalho e o tempo de não trabalho. O aumento da jornada, que pode superar doze horas diárias — mesmo após a luta histórica pela sua redução para oito horas diárias no Brasil — é uma realidade para os/as trabalhadores/as que têm a mediação das tecnologias da informação e da comunicação (Nascimento; Ferraz, 2024).

O resultado são enfermidades fisiológicas (doenças cardíacas, neurológicas e osteomusculares) e mentais, provenientes do trabalho no atual estágio do capitalismo, tais como estresse, ansiedade, alterações do sono e síndrome de Burnout. Essas condições são respondidas mediante a patologização e medicalização do sofrimento social como “estratégia biopolítica de passivização da classe trabalhadora, o que torna todo esse cenário economicamente rentável e utilizável para a perpetuação de um processo de dominação, funcional ao capital” (Alves; Carvalho; Barboza, 2024, p. 357).

Uma importante referência conceitual presente nos dois primeiros textos da coletânea² é a “dataficação” da vida social, referindo-se a uma sociedade ordenada pelas métricas e dados sob a égide dos interesses e da racionalidade do capital, que confere às tecnologias uma aparência de autonomia da mão de obra humana, além de seu constante endeusamento. As implicações éticas passam ao largo desses processos, mesmo diante da inacessibilidade ao poder tecnológico por parcelas significativas da população, da vigilância em massa como mediação importante da economia da atenção e, com isso, da dependência tecnológica — uma individualidade subsumida à conformidade social, sem um debate aprofundado sobre as questões éticas em torno da biotecnologia, da inteligência artificial e da manipulação genética (Lins, 2024).

Esse conjunto de informações é utilizado a serviço do ávido Mercado da Atenção, em que o chamado algoritmo intervém em favor do estímulo ao consumo, por meio da quantificação e monitoramento da vida cotidiana de indivíduos envolvidos na dinâmica cada vez mais intensa da virtualização da vida. Alcança-se, ainda, com o poder das Big

¹ A Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social vem acumulando o debate das relações étnico raciais no âmbito da formação profissional, com destaque para a gestão 2023/2024 com esta ênfase temática.

² Revista Temporalis 48.

Techs, a interferência nas relações sociais, inclusive nas relações políticas e governamentais.

Caminha nessa mesma linha crítica o debate com base na expressão “colonialismo digital” (Faustino et al., 2024), evidenciando a permanência, na atualidade, da indissociabilidade entre capitalismo, colonialismo e racismo (Faustino et al., 2024). O constante e dinâmico acesso aos dados dos/as usuários/as, fomentado pela internet, armazena e direciona para o consumo, além de apropriar-se do tempo das pessoas e até constituir comportamentos desejáveis a determinados grupos corporativos e políticos. O fato de essa realidade ser relativamente recente torna sua evidência ainda mais importante e socialmente desafiadora.

Na política social, em geral, os sistemas institucionais não se modernizaram, e os assistentes sociais utilizam ferramentas pessoais e tradicionais de comunicação — a exemplo da política de assistência social — diante da redução dos atendimentos presenciais, dos óbices de acesso às informações e da urgência de adaptação às novas rotinas de trabalho e protocolos. No âmbito da previdência social, com o fechamento das agências no período pandêmico, os atendimentos e agendamentos passaram a ser realizados de forma virtual, “abrindo espaço para uma nova era de atendimento moderno, com base numa visão neoliberal e gerencialista” (Penha; Vale, 2024, p. 291), incompatível com os objetivos dos serviços públicos.

O movimento de introdução das TICs e as constantes reformas da previdência social, que ocasionaram seu desmonte e a precarização da política e do trabalho, em conjunto com a privatização e mercantilização dos direitos sociais, estão correlacionados à constituição de um novo campo para a acumulação de capital, com a participação do Estado, que exerce um papel fundamental de expropriação na crise do neoliberalismo.

A plataformação do atendimento ao usuário, desde 2017, com a implantação do INSS Digital, por meio do aplicativo “Meu INSS”, é um exemplo de como “a falta de manejo com as tecnologias tende a inibir a participação efetiva dos usuários [...] afeta a relação com outras profissões, com os usuários e as condições éticas e técnicas para a atuação profissional” (Bezerra; Lima, 2024, p. 276). A exclusão digital dos usuários, especialmente idosos e analfabetos, gerou — e ainda gera — a consequente inviabilização do acesso aos serviços essenciais, resultado da transferência desses para infraestruturas digitais complexas que não apresentam linguagem acessível. Ao contrário de resolver a questão do acesso, à digitalização do INSS incorporou-se a demanda de resolver o “enxugamento da rede de atendimento do instituto, tanto pela falta de investimento e infraestrutura quanto pela redução de funcionários/as, além das péssimas condições de trabalho impostas aos servidores/as” (Silva, 2024, p. 308).

Na área da assistência e da saúde, a maioria dos artigos expõe os protocolos digitais que interferem nos processos de trabalho, dando ênfase à digitalização do cuidado, à “saúde centrada no cliente” e às referências individualizantes então produzidas — incluindo aí a “manipulação intencional da cognição humana” (Faustino et al., 2024). Considerando os riscos de violação de direitos, a perda de privacidade, a constante vigilância e a manipulação do comportamento são outros aspectos sociais destacados pelos textos, que

inclusive alertam sobre a relação entre o Estado, as políticas sociais e o domínio das Big Techs. Da mesma forma, há preocupação com a segurança dos dados dos usuários, o sigilo profissional e a relação entre assistentes sociais e usuários. Reconhecer esses processos é fundamental, pois historicamente a profissão já enfrenta dilemas relacionados às condições de trabalho subalternizadas, em que as orientações éticas na relação com o usuário ficam prejudicadas. Essa dinâmica de informatização e virtualização intensifica ainda mais possíveis distanciamentos com os públicos das políticas sociais. A resistência a esses condicionamentos vem sendo pensada e problematizada pelas entidades organizativas da categoria, mas, de todo modo, desafiam a classe trabalhadora como um todo.

Não escapa à análise dos/as autores/as a percepção da intensificação do tempo com a dinâmica de trabalho que extrapola o espaço institucional, levando, muitas vezes, a processos de adoecimento físico e mental — numa suposta autoexploração ou, nos termos de Antunes (2018), “servidão voluntária”. A aplicação da mais-valia relativa³, especialmente por meio da exigência e cumprimento de metas, alcança níveis de produtividade e exploração antes inimagináveis, sob as novas formas de organização do trabalho. É possível constatar, portanto, que a introdução das TICs reforçou a precarização do trabalho, a pressão por produtividade, a padronização de tarefas, as dificuldades de manuseio das plataformas por parte dos profissionais e também dos/as usuários/as das políticas sociais.

As reflexões contidas na coletânea sobre o Serviço Social nesse contexto, entretanto, não deixam de observar as contradições, dadas as possibilidades de apreensão crítica e criativa das TICs. Isso parte de uma adesão inevitável no contexto de mutações dos processos de trabalho, mas que não precisa ser reduzida ao tecnicismo. Ao contrário, pode até mesmo servir ao assessoramento das lutas sociais e, assim, deve estar subordinada ao projeto profissional, constituído em direção aos interesses da classe trabalhadora — numa apropriação que desvende seu significado na prática das relações sociais e institucionais concretas. É o desvendamento do significado da tecnologia associado ao debate da instrumentalidade mediada, nos termos de Yolanda Guerra (1995), que recupere as dimensões teórico-intelectual, ético-política e técnico-operacional. Neste aspecto, torna-se ainda mais importante o diálogo com o sujeito coletivo das diferentes lutas sociais, reiterando as bandeiras defendidas pelo Serviço Social e contribuindo para um enfrentamento que não se resuma a posições de sujeitos isolados — até mesmo pelo nosso estatuto de assalariamento e demais elementos que constituem os termos da venda da força de trabalho.

Nesse sentido, a identidade do/a assistente social como trabalhador/a é condição fundamental para se situar criticamente na dinâmica atual das tecnologias e compreender que a função histórica de controle sobre a classe trabalhadora permanece na demanda do capital para o Serviço Social, constituindo inclusive parte de sua natureza histórica. Significa que os modelos fordista e taylorista de controle sobre a classe hoje são mesclados — ou mesmo modificados — com as novas tecnologias e mecanismos mais sutis de engajamento e apropriação da subjetividade, subordinada a uma racionalização crescente

³ Na perspectiva marxista a Mais valia relativa se refere a aumento da produtividade e intensidade do trabalho, sem necessariamente aumento da jornada de horas.

dos processos de trabalho que, em sua aparência, se distancia cada vez mais da relação fundante entre capital e trabalho. Cabe, assim, ao projeto político da categoria reconceituada, uma contínua e adensada leitura crítica da vida social, bem como uma sensibilidade aguçada para perceber sua materialização nos protocolos cotidianos da instituição e, ainda, uma leitura apurada dos elementos conjunturais da luta de classes.

Isso posto, os textos buscam avançar nas possíveis contradições a serem aprofundadas para o uso das tecnologias no cotidiano profissional, inclusive pensando nos critérios das condições éticas e técnicas na relação do/a assistente social com o/a usuário/a — e como as TICs podem potencializar a promoção de direitos sociais, que sempre esteve no horizonte da prática profissional. Aqui reside a necessidade de enfrentamento da marca, em geral, desumanizadora do uso alienado da tecnologia — a exemplo da lógica na criação de protocolos-padrão e aplicativos, e da racionalidade que os envolve, muitas vezes voltada à substituição da mão de obra ou à construção de uma relação distante e fria com os/as usuários/as. Parte dos textos da coletânea problematiza, ainda, a questão da exclusão digital diante da desigualdade social, o que dificulta o acesso de parte significativa dos/as usuários/as.

Pela qualidade dos textos da Temporalis 48, ao se debruçarem sobre o contexto e os fundamentos do uso das TICs, o Serviço Social dispõe de um rico material que não se reduz ao fenômeno imediato. Utiliza tanto leituras clássicas — que recuperam a centralidade do trabalho — quanto abordagens contemporâneas com arrimo no marxismo, teoria ainda hegemônica de referência na profissão. Isso torna o material um marco importante de consulta, ao mesmo tempo que fomenta e instiga a constituição de novas reflexões, estudos e pesquisas, problematizando com propriedade a apropriação e transferência de saberes que o uso das TICs pode proporcionar.

Ter esse material fortalece a formação profissional defendida nas Diretrizes Curriculares, que marcam o processo de renovação teórica, ética e política da nossa profissão — especialmente em tempos de aligeiramento e tecnicismo dos processos formativos no ensino superior, também invadidos pela racionalidade do mercado.

As TICs na educação superior: impactos para o trabalho docente

Destacam-se, ainda, na Revista Temporalis n. 48, dois importantes artigos⁴, resultados de pesquisas acadêmicas que evidenciam, com rigor teórico-metodológico, a intensificação do trabalho docente no ensino mediado pelo uso das Tecnologias da Informação e Comunicação, no ensino superior público — especialmente durante o contexto pandêmico e a institucionalização do denominado Ensino Remoto Emergencial (ERE). Cultivar reflexões sobre como essa dinâmica chegou e avança na universidade é crucial para compreender os impactos na docência e na qualidade da formação profissional, dado que essa situação ultrapassou, em muito, o período da pandemia.

⁴ Quais sejam: “A intensificação do trabalho home office docente no ensino superior público mediado pelo uso das TICs no contexto pandêmico”, de autoria de Vinícius Paulino Lopes da Silva e Ângela Santana do Amaral e o artigo intitulado “Trabalho docente em Serviço Social no contexto do ensino remoto emergencial (ERE)”, sistematizado por Karina Camille Marques Cesar, Sara Daltro Tavares Paiva e Cilene Sebastiana da Conceição Braga, 2024.

As reflexões teóricas apresentadas dialogam com o referencial da teoria social crítica, também rigorosamente utilizada nos demais artigos, evidenciando uma importante e profícua interlocução entre os estudos — sobretudo no que se refere às alterações no mundo do trabalho no tempo presente. Apresentam os vínculos e os desafios que atravessam a relação entre trabalho e educação na particularidade histórica brasileira, ressaltando as contradições no macrocontexto político, econômico e social do capitalismo dependente, e expõem as especificidades da configuração da política de educação superior no Brasil, considerando seu lugar periférico na economia capitalista mundializada, em que a precarização do trabalho assume destacada centralidade.

Os artigos sintetizam discussões acerca das recentes mudanças na política pública de educação superior, frente ao processo de empresariamento da educação e às alterações no mundo do trabalho, dando destaque ao contexto da pandemia mundial — fatores que intensificaram a precarização do trabalho docente em suas múltiplas dimensões, não apenas nas atividades de ensino, mas também na realização da pesquisa e da extensão universitárias.

A chegada da pandemia do novo coronavírus no Brasil encontrou o país em situação bastante complexa. Ao quadro de crise econômica, política e social já instalado, somou-se a crise sanitária. É preciso destacar que a crise sanitária não inaugurou grandes mudanças no mundo do trabalho, mas aprofundou aceleradamente processos já em curso na lógica destrutiva do capital, intensificando a precarização e ampliando os ataques aos direitos.

O trabalho docente seguiu a tendência presente no mundo do trabalho, com atividades cada vez mais mediadas pelas Tecnologias da Informação e Comunicação, aumentando a precarização e a intensificação de maneira que as atividades docentes se tornaram cada vez mais diversificadas, em maior número, em condições diversas e criadas a partir da lógica do teletrabalho — *home office*.

As metamorfoses no mundo do trabalho, ocorridas nas últimas décadas, marcam uma fase do capitalismo ainda mais agressiva, sustentada pela desregulamentação das relações de trabalho, que vem se expandindo de forma global — sobretudo na periferia do sistema — por meio de formas de precarização que têm se difundido inclusive para o setor público, atacando os direitos sociais e trabalhistas.

Sabemos que a pandemia e a política econômica do governo de extrema-direita chefiado por Bolsonaro e Paulo Guedes (2019–2022) ampliaram, no campo da educação, os ataques às universidades públicas e aos/as servidores/as públicos/as, especialmente docentes. A emergência do contexto pandêmico e o necessário distanciamento social também contribuíram para frear, ainda que em seu primeiro momento, um ascenso da mobilização social de estudantes e trabalhadores/as em defesa da educação pública — movimento que ficou conhecido como “tsunami da educação”. Na educação superior, o período que antecedeu a pandemia gestava uma greve nas universidades públicas e institutos federais, que também foi inviabilizada.

Com a suspensão das atividades presenciais nas instituições de ensino de todo o país, tivemos, em 17 de março de 2020, a publicação da Portaria nº 343 por parte do Ministério

da Educação (MEC), que dispôs sobre a substituição das aulas presenciais por aulas em meios digitais enquanto durasse a situação de pandemia no Brasil. Com isso, presenciamos, de forma acelerada e por meio de iniciativas pouco organizadas e bastante antidemocráticas por parte dos gestores, a implementação do chamado ensino remoto emergencial nos diferentes níveis de educação e nas instituições públicas e privadas.

O ERE demarcava a excepcionalidade e a temporalidade desse formato de ensino, marcando também a distinção entre ensino remoto e ensino a distância — embora seja fundamental atentarmos para o processo histórico de criação e expansão do ensino de graduação a distância no Brasil e as tendências que se manifestam na contemporaneidade, conectando o momento excepcional ao projeto em curso no país desde os anos 1990 para consolidação da modalidade de ensino mediada por Tecnologias da Informação e Comunicação (TICs).

Seguindo nos debates sobre a intensificação do trabalho docente mediado pelo uso das TICs no contexto de pandemia e institucionalização do ensino remoto, os artigos chamam atenção para dois processos em andamento: por um lado, o crescimento da intensidade do trabalho, com aumento do esforço físico, mental e emocional de docentes em seus processos de trabalho — que ficaram conhecidos como home office — e, por outro, a substituição ou desqualificação de professores/as para a condição de tutores/as, facilitadores/as, animadores/as, dentre outros. Caminho fértil para a substituição de professores por inteligência artificial.

A pandemia foi, sem dúvidas, um acelerador da materialização desse projeto, ainda que as tendências já estivessem sinalizadas na dinâmica que marca a relação entre capital e trabalho e o atual contexto de descenso da luta de classes, em que trabalhadores/as buscam assegurar os direitos adquiridos, duramente atacados pela neoliberalização do Estado e de toda a vida social.

Considerações finais

A relação entre trabalhadores/as e as máquinas no capitalismo tem demonstrado que a introdução de tecnologias não melhora, necessariamente, as condições de trabalho. Ao contrário, a expansão do complexo maquinico (tecnológico e digital) tem alterado significativamente tanto as formas quanto as relações de produção, reordenando os processos de trabalho e, quase sempre, imprimindo formas pioradas de labor, modificando sobremaneira o tempo e o espaço do trabalho. Certamente, essa análise não pode isolar o elemento da tecnologia, que só pode ser compreendido no conjunto e na dinâmica dos processos de produção e reprodução social.

Sem dúvida, o caminho teórico-metodológico escolhido pelos/as autores/as da *Temporalis* nº 48 reitera o projeto de formação profissional que busca desvendar as desafiantes marcas do tempo histórico com fundamento na totalidade social. Com isso, temos uma análise do fenômeno das TICs sem mistificações, recuperando as determinações históricas da racionalidade que ronda o mundo do trabalho e suas novas roupagens no capitalismo contemporâneo.

Ao fazer o caminho teórico que explicita os fundamentos das TICs na sociabilidade burguesa e desmistifica a ideia da “Sociedade da Informação” e da “Sociedade do Conhecimento”, cujo objetivo é fazer desaparecer os antagonismos entre as classes sociais, a centralidade do trabalho e a educação pública, os artigos sinalizam que a apropriação das TICs construiu uma “velha/nova” cultura da precariedade do trabalho. Nesse processo, docentes ficaram responsáveis pelos meios e instrumentos para a realização das suas atividades, na maioria das vezes, sem qualquer incentivo e apoio financeiro das universidades.

Foi possível identificar uma fusão entre o tempo de trabalho e as outras esferas da vida, visto que o espaço privado foi invadido pelas demandas e pelo efetivo exercício do labor — situação que impacta desigualmente as mulheres, que já sofrem com maior sobrecarga, sendo também responsáveis pelo trabalho doméstico e de cuidados. O trabalho em casa, mediado pelas tecnologias, intensificou as jornadas, o que já vem sendo apontado por estudos científicos como elemento potencializador do adoecimento físico e mental dos/as trabalhadores/as.

Desse modo, longe de serem apenas instrumentos auxiliares ao processo de ensino-aprendizagem, as TICs reconfiguraram de forma ainda mais precarizada o trabalho docente. As tecnologias, na medida em que exercem domínio sobre o trabalhador, intensificam o trabalho, diminuem sua autonomia e controlam não apenas o ritmo e a velocidade, mas o modo de fazer. Nesse caminho, a tecnologia se apresenta não apenas como instrumento de trabalho, mas como forma de valorização do capital e desvalorização da força de trabalho.

Assim, podemos afirmar que as contradições e antagonismos inseparáveis da utilização capitalista da tecnologia não existem porque decorrem da própria tecnologia, mas de sua apropriação capitalista. Considerada em si, a tecnologia poderia reduzir o tempo de trabalho, facilitar sua realização, representar uma conquista do ser social sobre as forças da natureza, aumentar a produção de riqueza e ampliar as possibilidades humanas de ocupação com outras atividades sociais. Porém, quando apropriada pela lógica mercantil, a tecnologia produz exatamente o contrário: aumenta a jornada e a intensidade do trabalho, amplia a riqueza apropriada pelo capital e contribui para a pauperização de parte significativa dos/as trabalhadores/as.

Tudo isso adensa novos elementos à complexidade do estágio atual do capitalismo e de seu padrão de acumulação, que implica em novas formas de exploração do trabalho, modificando o padrão de nítida separação entre tempo de trabalho e tempo de não-trabalho. A velocidade, a flexibilidade, a polivalência, o excesso de demandas e a pressão por produtividade vêm determinando, negativamente, os rumos do trabalho docente na educação superior pública brasileira. Ademais, há impactos sobre a organização política dos trabalhadores, ao modificar o lugar do trabalho e constituir relações em geral mais distanciadas e/ou virtualizadas.

A análise da nova morfologia do trabalho docente em home office — mesmo que emergencial e, portanto, temporária — exige de todos nós uma profunda reflexão, especialmente sobre os elementos que têm se apresentado de forma permanente, como

a intensificação do trabalho. Na particularidade do trabalho docente de assistentes sociais, ainda se enfrenta a disputa com um projeto de educação que reforça o privatismo e o aligeiramento, incompatíveis com o projeto de formação profissional construído de forma coletiva e democrática pela categoria profissional e expresso nas Diretrizes Curriculares da Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social (ABEPSS).

Portanto, o que singulariza as reflexões sobre o trabalho docente carrega a marca crítica de toda a coletânea. O conjunto de artigos presentes na Temporalis 48 expressa a qualidade da pesquisa e das reflexões constituídas no Serviço Social brasileiro, tornando esta edição um material rico e ímpar de consulta e de avanço na problematização do uso das TICs em nossa profissão. Ademais, a novidade do fenômeno não inibiu a busca por aprofundar seus fundamentos e expor suas contradições. Ao mesmo tempo que contextualiza as determinações estruturais, evidencia-se o conjunto de marcadores sociais que adensam as expressões da desigualdade social — a exemplo das relações étnico-raciais — incorporando temas que a ABEPSS tem enfatizado nos últimos anos, tratados com referência na totalidade social.

Consideramos, assim, que a Revista Temporalis nº 48 se torna um marco referencial, com o mérito de ser um debate recente, pois traduz aspectos não meramente aparentes, mas seguindo o materialismo histórico e considerando elementos que constituem as preocupações da categoria profissional no combate aos processos de alienação do trabalho e aos preconceitos sociais que corroboram para a desvalorização da força de trabalho.

As análises apresentadas também nos provocam reflexões sobre como, no Brasil, o processo em curso impacta de forma ainda mais intensa os/as sujeitos/as dos segmentos mais explorados e oprimidos da classe trabalhadora. A herança do colonialismo e da escravização de corpos negros, somadas às desigualdades no acesso aos direitos sociais — dentre os quais o direito à educação pública e de qualidade — se apresentam como questões que precisam estar na centralidade da agenda da produção de conhecimento na área do Serviço Social, ressaltando a indissociabilidade entre a questão social e a questão racial no Brasil.

Nesse caminho, mantém-se a tradição crítica da Revista Temporalis e seu protagonismo ao adentrar em temas quentes da conjuntura, reiterando ainda o posicionamento teórico e político de desvendamento do conjunto das relações sociais, particularmente as marcas da dinâmica da luta de classes. O Serviço Social, ao romper com o conservadorismo que o caracterizou em sua gênese e institucionalização, exige uma constante atualização da formação e do exercício profissionais. Nessa direção, a elaboração de material teórico e sua socialização têm na revista uma referência fundamental de consulta e debate.

Nos 25 anos da Revista Temporalis, o número 48 tanto mantém a qualidade histórica da produção que lhe é peculiar quanto procede a um exame minucioso das marcas de nosso tempo histórico e seus reflexos na dinâmica de organização dos/as trabalhadores/as — especialmente os segmentos mais vulneráveis.

Os desafios arrolados para o Serviço Social se expressam na mesma magnitude apresentada à classe social em geral: riscos de substituição ou diminuição da mão de obra; redução das condições éticas e técnicas do trabalho; atenção aos protocolos e possíveis reducionismos e apropriações na construção de operações padrão; perda do senso crítico e criativo nos processos de operacionalização do trabalho; dificuldades na organização política e na relação com o conjunto da classe; e impactos na relação com o/a usuário/a e no projeto profissional formado na ruptura com o conservadorismo.

A atenção dada a todas essas questões não pode, entretanto, inibir a importância de observar e atuar nas contradições no contexto das relações institucionais — posição resiliente que marca toda a história da profissão, pois atua exatamente nos sofrimentos de trabalhadores/as engendrados pela lógica do capital e suas diversas expressões. Ademais, a forte e histórica organização política dos/as assistentes sociais na formação e no exercício profissionais oferta um enfrentamento coletivo e reflexivo para pensar, problematizar e atuar nesses novos padrões do mundo do trabalho. Esse tipo de conteúdo presente na *Temporalis* nº 48 coaduna com a qualidade da resistência que vem sendo constituída no enfrentamento coletivo e na disputa com a lógica sempre pragmática do capital.

Se essa racionalidade inunda fortemente o labor em todos os continentes com suas operações e léxicos ideológicos, o mundo vivo do trabalho pode — e faz — ponte com suas contradições, envidando esforços políticos e teóricos para enfrentá-la. Que venham novas pesquisas e estudos, aprofundando cada vez mais a assiduidade crítica na leitura do mundo contemporâneo, denunciando o que se tenta ocultar.

Referências

ABEPSS – ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE ENSINO E PESQUISA EM SERVIÇO SOCIAL.

Revista Temporalis, n. 48. v. 1, n. 48, 2024. Disponível em:

<https://doi.org/10.22422/temporalis.2024v24n48>. Acesso em: 21 ago. 2025.

ALVES, Andrea C.; CARVALHO, Caio A.; BARBOZA, Fernanda L. G. Impactos da tecnologia no trabalho e na saúde mental da classe trabalhadora. **Revista Temporalis**, v. 1, n. 48, p. 345–360, 2024. DOI: <https://doi.org/10.22422/temporalis.2024v24n48p345-360>. Disponível em: <https://dialnet.unirioja.es/descarga/articulo/10089434.pdf>. Acesso em: 21 ago. 2025.

ANTUNES, Ricardo. **O privilégio da servidão**: o novo proletariado de serviços na era digital. São Paulo: Boitempo, 2018.

BEZERRA, Pedro H. A.; LIMA, Jayanne K. O. Tecnologias de informação e comunicação (TICs) e o desmonte das políticas sociais: reflexões sobre os desafios da plataforma “Meu INSS”. **Revista Temporalis**, v. 1, n. 48, p. 268–284, 2024. DOI: <https://doi.org/10.22422/temporalis.2024v24n48p268-284>. Disponível em: <https://dialnet.unirioja.es/descarga/articulo/10089436.pdf>. Acesso em: 21 ago. 2025.

CEZAR, Karina C. M.; PAIVA, Sara D. T.; BRAGA, Cilene S. da C. Trabalho docente em serviço social no contexto do ensino remoto emergencial – ERE. **Revista Temporalis**, v.

24, n. 48, p. 189–205, 2024. Disponível em:
<https://periodicos.ufes.br/temporalis/article/view/45485>. Acesso em: 21 ago. 2025.

FAUSTINO, Deivison M.; BARROS, Diego R. de; SOUSA, Helen C. S. de; LIPPOLD, Walter G. R. Digitalização do cuidado ou colonialismo digital? Questões para o Serviço Social. **Revista Temporalis**, v. 24, n. 48, p. 45–63, 2024. Disponível em:
<https://periodicos.ufes.br/temporalis/article/view/46150>. Acesso em: 21 ago. 2025.

GUERRA, Yolanda. **A instrumentalidade do Serviço Social**. São Paulo: Cortez, 1995.

IBGE – INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. PNAD Outras formas de trabalho: em 2022, mulheres dedicaram 9,6 horas por semana a mais do que os homens aos afazeres domésticos ou ao cuidado de pessoas. **Agência IBGE de notícias**, Estatísticas Sociais, 24 ago. 2023. Disponível em: <https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/agencia-noticias/2012-agencia-de-noticias/noticias/37621-em-2022-mulheres-dedicaram-9-6-horas-por-semana-a-mais-do-que-os-homens-aos-afazeres-domesticos-ou-ao-cuidado-de-pessoas>. Acesso em: 21 out. 2025.

LINS, Maria A. T. A dataficação da vida social sob a regência do capital. **Revista Temporalis**, v. 24, n. 48, p. 29–44, 2024. Disponível em:
<https://periodicos.ufes.br/temporalis/article/view/46654>. Acesso em: 21 ago. 2025.

NASCIMENTO, Emilly B. F. do; FERRAZ, Janaynna de M. F. Classe trabalhadora uberizada: uberização e saúde-doença mediadas pelas TICs. **Revista Temporalis**, v. 1, n. 48, p. 361–378, 2024. DOI: <https://doi.org/10.22422/temporalis.2024v24n48p361-378>. Disponível em: <https://dialnet.unirioja.es/descarga/articulo/10089437.pdf>. Acesso em: 21 ago. 2025.

OLIVEIRA, Robson de; CORDEIRO, Michael G. Crise de 2008, plataformas de superexploração e a ideologia do trabalhador empreendedor. **Revista Temporalis**, v. 1, n. 48, 2024. Disponível em: <https://periodicos.ufes.br/temporalis/article/view/44914>. Acesso em: 21 ago. 2025.

PENHA, Pedro Henrique C. da; VALE, Erlenia S. do. A dimensão pedagógica do serviço social e a transformação digital no INSS. **Revista Temporalis**, v. 1, n. 48, 2024. Disponível em: <https://periodicos.ufes.br/temporalis/article/view/46141>. Acesso em: 21 ago. 2025.

SILVA, Allana L. F. da. TICs digitais, racionalização nos serviços públicos e as repercuções no INSS. **Revista Temporalis**, v. 1, n. 48, p. 301–314, 2024. DOI: <https://doi.org/10.22422/temporalis.2024v24n48p301-314>. Disponível em: <https://periodicos.ufes.br/temporalis/article/view/46137>. Acesso em: 21 ago. 2025.

SILVA, Vicente P. L.; AMARAL, Angela S. do. A intensificação do trabalho home office docente no ensino superior público mediado pelo uso das TICs no contexto pandêmico. **Revista Temporalis**, v. 24, n. 48, p. 173–188, 2024. Disponível em:
<https://periodicos.ufes.br/temporalis/article/view/46210>. Acesso em: 21 ago. 2025.

Submetido em: 28/8/2025

Aceito em: 30/8/2025

169